Dia Internacional da Mulher:

MOMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO E DE LUTA

8 de março

unipampa
Universidade Federal do Pampa

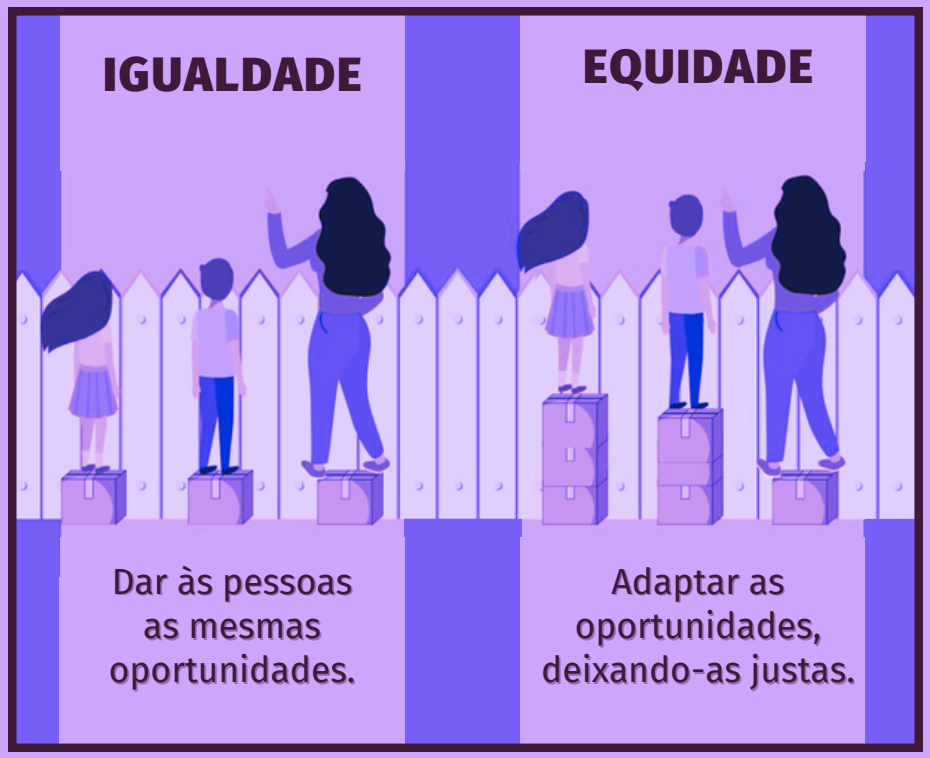
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE)

O Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março, é uma ocasião que traz reflexões sobre as batalhas e as conquistas das mulheres, principalmente por igualdade e por respeito ao longo da história. A presente cartilha foi elaborada no mês de março, tendo em vista que o mês da mulher se trata desse momento de conscientização e de luta.

A data teve origem no movimento operário e se tornou um evento anual reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), uma ocasião para celebrar os avanços das mulheres na sociedade, na política e na economia, enquanto suas raízes políticas significam que greves e protestos são organizados para aumentar a conscientização em relação à contínua desigualdade de gênero.

O dia homenageia a luta e as realizações das mulheres para terem suas condições equiparadas às dos homens. O início para a celebração dessa data foi em 1908, quando 15 mil mulheres saíram pelas ruas de Nova York para exigir direitos iguais e melhores condições de trabalho. Um ano depois, o Partido Socialista da América declarou o primeiro Dia Nacional da Mulher. O 8 de março é a data oficial do Dia das Mulheres, pois, nesta data, em 1917, uma manifestação, conhecida como “pão e paz”, reuniu 80 mil mulheres russas para se manifestarem contra as más condições de trabalho, a fome, o direito ao voto e a participação do país na Primeira Guerra. Em 1975, a ONU oficializou e começou a comemorar o 8 de março como o Dia Internacional das das Mulheres, sendo roxo a cor global, que representa essa data por significar justiça e dignidade.

As palavras equidade e igualdade são frequentemente usadas como sinônimos, mas, no contexto da diversidade e inclusão, é fundamental entender a diferença entre elas para respeitar verdadeiramente as diversidades e ser, de fato, inclusivo. O conceito de igualdade, de forma geral, está relacionado com: tratar todos de forma igual e garantir que todos os indivíduos tenham acesso às mesmas oportunidades. A equidade pode ser entendida como a busca pelo acesso à justiça social, reconhecendo que não somos todos iguais, que nem todos começam do mesmo lugar e que é preciso um esforço em alocar os recursos e as oportunidades necessários para que todos sejam bem-sucedidos.



Por que a luta é importante?

Apesar de já estarmos no século XXI, muitas mulheres enfrentam dificuldades em ter direitos básicos garantidos ao redor do mundo. Desde casos mais extremos, como países árabes que imputam uma série de proibições às mulheres, inclusive do direito de ir e vir, até países mais liberais, como o Brasil, onde o machismo estrutural ainda dita muitas das regras vividas no dia a dia.

Testemunhamos um retrocesso significativo na luta global pelos direitos das mulheres em 2021. O ressurgimento do Talebã em agosto mudou a vida de milhões de mulheres afegãs — meninas foram banidas do ensino médio, o Ministério para Assuntos da Mulher no país foi dissolvido e muitas mulheres foram instruídas a não voltar ao trabalho.

A pandemia de COVID-19 também continua a ter impacto nos direitos das mulheres. Um estudo de 2021 da ONU Mulheres com base em 13 países mostrou que quase 1 em cada 2 mulheres (45%) relatou que ela própria ou uma mulher que conhecem sofreram alguma forma de violência durante a pandemia.

A Criação da Lei Maria da Penha em 2006 e o sancionamento da Lei do Feminicídio em 2015 são conquistas recentes. Nos últimos anos, houve avanços — especialmente no que se refere à liderança feminina, aos direitos ao aborto em vários países, ao combate ao assédio e à violência sexual, entre outros.

Histórico de algumas conquistas importantes das mulheres:

1879 Mulheres ganham direito a cursar faculdade no Brasil.

1932 Constituição Federal brasileira permite, pela primeira vez, o voto feminino.

1950 Criado o Conselho Nacional de Mulheres Negras.

1962 Estatuto da Mulher Casada passa a permitir que a mulher consiga trabalhar e receber herança sem a autorização do marido.

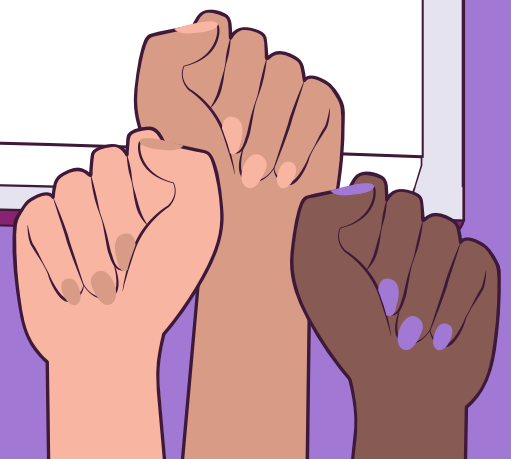
1985 Lei nº 7437/85 estabelece como contravenção penal o tratamento discriminatório no mercado de trabalho, por motivo de raça/cor.

1988 Constituição Brasileira passa a reconhecer igualdade de direitos entre homens e mulheres.

2006 Criação da Lei Maria da Penha.

2014 25 de julho torna-se o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha.

2015 Sancionada a Lei do Feminicídio.



Ressignificação do papel da mulher na sociedade

Antes do feminismo, as mulheres ocupavam um papel de submissão aos seus maridos e não tinham vários dos direitos que vemos agora. Hoje, devido a muitas lutas, a mulher está mais empoderada, tem seu papel muito mais forte e presente na sociedade. São as principais fontes de sustentação de seus lares, são mais valorizadas por seus talentos e habilidades e sofrem menos preconceitos a cada dia. Mas, infelizmente, ainda precisamos avançar bastante.

O dia 8 de março também é um dia para celebrar as conquistas, que sempre foram tão suadas. É um momento para lembrar que, por causa dessas manifestações, hoje elas podem votar e serem votadas, podem representar sua comunidade, podem ser independentes e ter suas próprias carreiras.

Apesar de tantas conquistas e mudanças, há muito ainda a ser feito. A nossa legislação prevê direitos e benefícios, mas na prática, ainda existe muito machismo e misoginia. A cada Dia Internacional da Mulher, é preciso lembrar que a luta não terminou e que todas e todos têm um papel fundamental nisso.

As lutas das mulheres atuais

No início do século XX, a luta das mulheres era por direitos que hoje são básicos, como uma jornada de trabalho justa, direito a escolher seus representantes na política e de se elegerem para representar outras mulheres. Hoje, essas batalhas já foram de alguma forma vencidas, mas outras ainda precisam ser guerreadas, como igualdade salarial entre homens e mulheres, combate à violência contra as mulheres, combate à discriminação racial e contra mulheres LGBTQIAPN+.

As ações do Dia Internacional da Mulher devem envolver todas as mulheres: lésbicas, trans, cis, brancas, negras, indígenas, ricas e pobres. Todas elas têm que ter os mesmos direitos garantidos, todas elas devem poder ser quem elas quiserem e sonharem ser. Por isso, o dia 8 de março representa muito mais do que dar flores e chocolates.

Alguns erros comuns no momento de realizar uma atividade para celebrar o dia das mulheres é focar em características superficiais e não na importância da data, o dia 8 de março representa muito mais do que dar flores e chocolates. Um bom caminho é promover o bem-estar e a valorização feminina como um processo enraizado na cultura organizacional. Enaltecer a trajetória de contribuição e sucesso das colaboradoras dentro da instituição também são exemplos de atividades mais abrangentes e profundas.

Segundo um estudo realizado pela Universidade de George Washington, em 2014, as mulheres são duas vezes mais interrompidas do que um homem em conversas neutras. Mais um reforço da importância de promover e valorizar ambientes com a presença e a participação feminina.

É fundamental propiciar igualdade de direitos e de oportunidades na instituição em todos os dias do ano, porém, o dia 8 de março, é mais um bom momento para reforçar a importância da igualdade de gênero. É fundamental que a organização crie espaços de fala para mulheres, promovendo palestras e rodas de conversa, para além do dia da mulher. Dessa forma, a gestão de pessoas cria um sentimento mais profundo e duradouro de valorização feminina, não apenas no dia 8 de março, mas também ao longo de todo o ano.

Desigualdades de gênero no setor público e como superá-las

É necessário pontuar que as mulheres já representam mais de 59% do funcionalismo público nacional, mostrando que o serviço público é, sim, lugar das mulheres. Mesmo com tantos avanços e conquistas, há barreiras que precisam ser superadas: ainda são minoria na ocupação de cargos de direção e chefia.

O acesso de homens e mulheres a áreas mais valorizadas do serviço público ainda é bastante desigual: as mulheres continuam excessivamente concentradas em ocupações consideradas “tipicamente femininas” e de pior remuneração, como professoras, enfermeiras, assistentes e secretárias em geral. Assim, evidencia-se como o setor público também reproduz a divisão sexual do trabalho que ocorre de forma mais visível no âmbito privado.

No setor público, é preciso considerar, ainda, que as mulheres se encontram em desvantagem para se preparar para os concursos públicos mais valorizados e concorridos. Em decorrência da divisão sexual do trabalho, as mulheres dedicam, em média, muito mais horas de trabalho no âmbito doméstico do que os homens, restando-lhes menos disponíveis para competir, em igualdade de condições, para o ingresso nas carreiras mais bem remuneradas.

Mesmo quando conseguem superar a barreira ao acesso, as mulheres encontram outras dificuldades, relacionadas à realização do trabalho no setor público, o que afeta sua permanência no trabalho e o desenvolvimento de suas carreiras. A responsabilidade pelo trabalho doméstico e cuidado das pessoas que vivem no domicílio, impacta na forma com que as mulheres se engajam nas formas de trabalho remuneradas.

Além disso, a maternidade ocorre, geralmente, em idades centrais no processo de ascensão profissional, e a paternidade ainda é vivenciada de modo pouco solidário com as mulheres, gerando impactos bem distintos para os homens.

Os estereótipos de gênero levam a uma divisão das funções dentro do ambiente de trabalho. No âmbito do serviço público, os estereótipos podem justificar a destinação, aos homens, das atividades de liderança, criar barreiras ao acesso de mulheres a esses cargos e afastá-las das decisões organizacionais. Os estereótipos atingem de forma ainda mais grave as mulheres negras, que precisam lidar com a violência do racismo em seus cotidianos.

Em pesquisa do Instituto Patrícia Galvão, 76% das mulheres entrevistadas já tinham sofrido algum tipo de assédio, violência ou constrangimento no trabalho. Elas passam por diversas situações discriminatórias, tais como: interrupção frequente de suas falas, apropriação de suas ideias, ataques à sua capacidade intelectual, manipulação masculina visando atingir sua auto-estima (ex: "*você está louca, não foi nada disso*"). As consequências vão da queda no rendimento até humilhação, depressão e tentativa de suicídio.

Há medidas que podem ser adotadas para o enfrentamento das desigualdades de gênero no setor público. Em primeiro lugar, programas de incentivo à participação das meninas em atividades de ciência, tecnologia e engenharia são exemplos muito importantes como forma de estimular a escolha por cursos dessa área. Também podem ser feitas ações educativas, que fomentem a participação feminina em áreas do setor público que hoje são majoritariamente ocupadas por homens, como as fiscais e de planejamento.

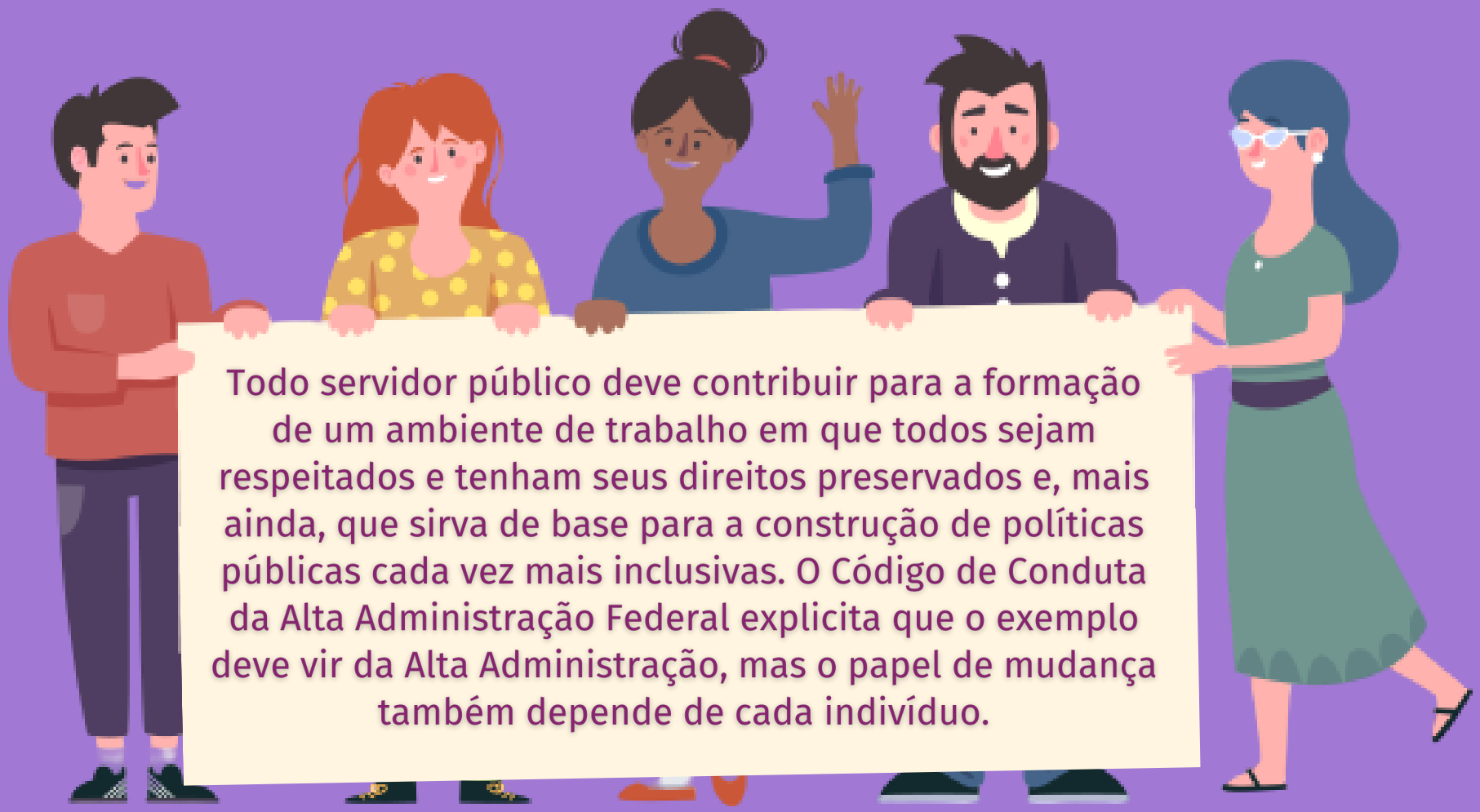
Quanto aos desafios ligados à realização do trabalho e à ascensão a cargos de chefia pelas mulheres no setor público, vimos que ambos têm relação com a sobrecarga de trabalho doméstico das mulheres, sendo necessárias medidas para lidar com esse desequilíbrio. Uma delas consiste no aumento do tempo da licença paternidade, para que ela se iguale à licença maternidade, a fim de alterar o quadro de responsabilização prioritária das mulheres em relação aos filhos e mitigar as discriminações de gênero na ocupação de cargos de chefia.

Além disso, a Administração Pública pode adotar políticas de gestão de pessoas que garantam a conciliação entre a vida privada e o trabalho, como recomendações para os dirigentes que não façam reunião fora do expediente, que promovam treinamentos durante o horário de trabalho e para que não utilizem a maternidade ou o cuidado de dependentes como critério de exclusão para a realização e ocupação de determinadas funções.

É importante que seja adotada uma política de não tolerância para assédio, racismo, sexismo, preconceito e violências em geral, abordando sempre o recorte de que determinadas populações são historicamente submetidas a tais situações. Para que esse ciclo seja quebrado, as pessoas que cometem tais atos devem ser responsabilizadas.

É recomendado também que os órgãos públicos mantenham atualizados e divulguem dados sobre seus servidores, com recorte de gênero e raça/cor, e com indicadores de cargos, para fomentar a transparência e tornar possível a produção de diagnósticos que possam ser utilizados como ferramenta para tomadas de decisões estratégicas de conscientização, qualificação, promoção e ascensão aos cargos de liderança.

Diante das evidências apontadas, é urgente o reconhecimento das desigualdades de gênero no serviço público, superando a ideia do serviço público como um ambiente “neutro”, em que mulheres e homens, brancas e negras, têm as mesmas oportunidades de ingresso e ascensão nas carreiras.



Atualmente, na PROGEPE, contamos com duas psicólogas (Camila e Mayra). Ambas trabalham prestando auxílio aos gestores sobre como melhor conduzir questões de raça/gênero/classe no ambiente de trabalho, também se colocam à disposição para realizar palestras sobre essas temáticas mediante demandas, além de realizarem atendimentos individuais e grupais com a escuta sensível para esses marcadores subjetivos. Elas podem ser contatadas através do e-mail: psicologia.progepe@unipampa.edu.br

Referências

BBC. O que é o Dia Internacional das Mulheres e como começou a ser comemorado? Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60646605> Acesso em: 03/03/2023

BBC. 4 ícones da longa luta das mulheres pelo direito ao voto. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60501066> Acesso em: 03/03/2023

ESTADO DE MINAS. Abraçar a equidade: o tema do Dia Internacional da Mulher 2023. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/colunistas/juventude-reversa/2023/03/02/noticia-juventude-reversa,1463568/abracar-a-equidade-o-tema-do-dia-internacional-da-mulher-2023.shtml> Acesso em: 03/03/2023

GOV.BR. Ética, mulheres e o serviço público. Disponível em: <https://www.gov.br/cvm/pt-br/acesso-a-informacao-cvm/institucional/etica/orientacoes-da-ce-cvm/arquivos/etica-mulheres-e-o-servico-publico> Acesso em: 06/03/2023

NOVA CONCURSOS. Especial 8 de março: Atuação e o poder da mulher no serviço público! Disponível em: <https://www.novaconcursos.com.br/portal/artigos/especial-8-de-marco-atuacao-poder-mulher-servico-publico/> Acesso em: 06/03/2023

OBSERVATÓRIO DESIGUALDADES. As desigualdades de gênero no serviço público. Disponível em: <https://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=1548> Acesso em: 06/03/2023

ONU MULHERES. Dia Internacional das Mulheres 2023: “Por um mundo digital inclusivo: inovação e tecnologia para a igualdade de gênero”. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/dia-internacional-das-mulheres-2023-por-um-mundo-digital-inclusivo-inovacao-e-tecnologia-para-a-igualdade-de-genero/> Acesso em: 03/03/2023

SOLIDES. 8 dicas de ações para o Dia Internacional da Mulher na empresa. Disponível em: <https://blog.solides.com.br/acoes-para-o-dia-internacional-da-mulher/> Acesso em: 06/03/2023

SOLIDES. Dia Internacional da Mulher: a origem e sua importância. Disponível em: <https://blog.solides.com.br/dia-internacional-da-mulher/> Acesso em: 03/03/2023

SOLIDES. Entenda o perfil e a realidade das mulheres na liderança. Disponível em: <https://blog.solides.com.br/mulheres-na-lideranca/> Acesso em: 06/03/2023